

**HISTÓRIA E FICÇÃO:
MOSAICO NARRATIVO NA AMAZÔNIA**

Francielle Maria Modesto Mendes (UFAC)
franciellemodesto@gmail.com

O presente artigo tem como *corpus* de investigação a percepção do imaginário social através do estudo de um romance ambientado na Amazônia do final do século XIX e início do XX – *Coronel de Barranco* (1970), do autor brasileiro Cláudio de Araújo Lima, que é natural do estado do Amazonas.

O romance aqui estudado é histórico e apresenta aspectos de um importante momento da região amazônica: o primeiro ciclo da borracha. A história começa com a saída de sementes *Hevea Brasiliensis* do Brasil para a Europa, levadas pelo botânico inglês Henry Wickham.

A narrativa se constrói no espaço de 50 anos (1876-1926). Personagens históricos se misturam a personagens ficcionais, compondo um mosaico humano e narrativo. No romance são citados duas personagens históricas: Henry Wickham e Plácido de Castro.

O primeiro foi o pesquisador enviado para região, responsável pelo transporte de grande quantidade de sementes do Brasil para a Europa. O segundo era gaúcho, nascido em 9 de dezembro de 1873, em São Gabriel, participante da Revolução Federalista; atravessou o país do Rio de Janeiro a Manaus e de Manaus ao Acre. Eles ajudam a compor o cenário também constituído por caboclos e nordestinos.

O narrador do romance é Matias Albuquerque. Ele causa estranhamento na obra por não ser nem seringueiro e nem seringalista, além disso transita entre os dois mundos da narrativa: o seringal Fé em Deus e a cidade de Manaus. Amazônida, homem culto e viajado retorna ao Brasil depois de muitos anos na Europa e segue em direção ao seringal para fazer às vezes de escriturador mercantil.

Em sua nova morada, tem a oportunidade de resgatar lembranças da infância, da juventude no seringal da família dele, relembrar os amores perdidos: Rosinha e Mitsi; e reorganizar as memórias da vida adulta na Europa. Para Barthes, “a narrativa nunca é assumida por uma pessoa, mas por um mediador, xamã ou recitante, de quem, a rigor, se pode admirar a performance”. (BARTHES, 2004, p. 58)

Em *Coronel de Barranco*, quem faz o papel de mediador, xamã ou recitante é Matias. Ele é cosmopolita. Foi interno no Colégio Anacleto, em Manaus, o que é uma característica em comum com o autor Cláudio de Araújo Lima. Lá aprendera a falar inglês e francês, estudara Literatura, mas seu sonho maior era ser mesmo escritor. Porém, Matias não esperava muito de seu futuro no meio da floresta. “(...) pouquíssimo poderia esperar que a vida lhe desse, se se resignasse a permanecer naquele fim de mundo” (LIMA, 2002, p. 66).

No comando do Fé em Deus está o coronel Cipriano, o nordestino que de seringueiro passou a seringalista. É ele que vai liderar os seringueiros recém-chegados do Nordeste, que recebem a alcunha de brabos por não serem acostumados com a região e com os trabalhos no corte e na produção de borracha.

Entre os nordestinos chegados à Amazônia estão o analfabeto Joca e Quinquim. Eles vêm na leva de migrantes da grande seca do final do século XIX. Chegam com a expectativa da conquista do Eldorado e acreditam, a princípio, no enriquecimento fácil. Mas encontram as leis rígidas do seringal e precisam, por vezes, subvertê-las para sobreviverem na região. “A gente está pensando que é melhor morrer na seca do Ceará, do que ficar nessa porqueira.” (LIMA, 1991, p. 183). O trabalho é restrito à produção de borracha, por isso usam como ‘fuga’ o consumo e a venda da pesca e da caça para que o consumo no barracão seja menor.

O barracão funciona como uma espécie de armazém de secos e molhados, de onde os seringueiros e caboclos precisam consumir os produtos necessários para sobrevivência em meio à floresta. Porém, nem sempre isso acontece. Muitos deles comercializam produtos entre si e com o regatão. O regatão é um comerciante que passa na beira do rio vendendo produtos de todas as espécies a custo mais baixo. Esse tipo de comerciante é, em sua maioria, de origem síria libanesa.

Coronel, caboclo, seringueiro, nordestino, todos estes sujeitos ajudam na composição do imaginário social e da representação amazônica. O imaginário faz parte de um campo de representação e, como expressão de pensamento, se manifesta por imagens e discursos que pretendem dar uma definição da realidade. Mas as imagens e discursos sobre o real não são exatamente o real ou, em outras palavras, não são expressões literais da realidade, como um fiel espelho.

A literatura é, no caso, um discurso privilegiado de acesso ao imaginário das diferentes épocas. Segundo Sandra Pesavento (1995), o

imaginário é sempre um sistema de representações sobre o mundo, que se coloca no lugar da realidade, sem com ela se confundir, mas tendo nela o seu referente.

A Amazônia é uma construção discursiva e sua representatividade é constituída a partir de um imaginário. Nesse sentido, a região está eivada de discursos marcados por lugares-comuns, relatos e ficções, influenciados ainda pelos primeiros cronistas de viagem que chegaram à região.

Contudo, é por meio da literatura que se institui a Amazônia como representação simbólica e os romances contribuem para esse feito. São eles que apresentam as cidades amazônicas, os caboclos, os seringueiros, as ações, as vestimentas, que alicerçam esse imaginário.

Em sua essência, nos discursos das crônicas e narrativas de viagens sobressai o modo como foram “inventadas” a identidade cultural da região e dos sujeitos que nela habitam. Esses textos buscam conservar o exotismo folclórico da imagem inventada a partir do olhar estrangeiro, mantendo um pacto com a fantasia, sustentando a imagem que os primeiros viajantes, que na região chegaram, tinham dela.

Os mitos e lendas povoam o imaginário daqueles que olham em direção a Amazônia. Como exemplo, há o mito dos índios mucuxi, macunaíma – esse último retratado no romance de Mário de Andrade; ou ainda, histórias que sustentam relações sociais como a que afirma que a sociedade amazônica reprimia, principalmente, no início do século XX, a mãe solteira, mas aceitava a explicação de que uma criança pode ser “filha do boto”.

O imaginário sobre a Amazônia vem sendo construído desde o processo de colonização, chegando a sua forma mais sofisticada no final do século XIX – durante o período do primeiro ciclo da borracha. Segundo Barbara Weinstein (1993), os primeiros exploradores divulgaram a região ora como um paraíso tropical, ora como um inferno verde, e não conseguiram chegar a um consenso quanto à adequação da Amazônia à exploração econômica e à colonização europeia. Sob essa perspectiva, vislumbra-se a região amazônica de forma linear, homogênea. É como se todos agissem da mesma forma a qualquer tempo e espaço amazônico.

E é nesse signo chamado Amazônia, no exercício do imaginário, que o termo coronel de barranco simboliza um homem que manda na região amazônica, dá as ordens, dita as regras e delega funções em meio à floresta.

Segundo Marcos Vinícios Vilaça (2006), no Nordeste e no Norte, o coronelismo sustentou-se em forte teia de laços que perpassavam as relações no seio da família, no trabalho, a posse e uso da terra, bem como as estruturas de poder tradicionais.

A figura do coronel na literatura representa o chefe político, o árbitro social, a fonte de coerção, o juiz, o prefeito, o delegado. Por isso, devido à sua relevância, muitos são os coronéis em romances amazônicos: Manuel Lobo, de *Terra de Ninguém*; Juca Tristão, de *A Selva*; Jacinto Gazela, de *No circo sem teto da Amazônia*, Coronel Fábio, de *Seringal*; Coronel Tonico Monteiro, de *Terra caída*, além de Cipriano em *Coronel de Barranco*.

Conhece-se um pouco mais do exercício do coronel ao observar algumas passagens extraídas de romances sobre a região. Exemplo disso é o *Terra Caída*, de José Potyguara, em que o seringalista é apresentado com suas diversas funções e poderes. “No meu seringal, quem manda sou eu. Eu só! Aqui, sou delegado, juiz, rei, papa, o diabo! Ninguém se meta a besta! Quem faz a lei sou eu; e a lei, aqui, é bala!” (POTYGUARA, 2007, p. 28).

A ambientação de *Coronel de Barranco* revela uma sociedade movida por ampla transformação social. Num plano macro, observa-se o surgimento de uma sociedade de consumo europeia, que vai originar uma fragmentação das identidades culturais que, no passado, tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais.

Como exemplo dessas rupturas, observam-se os habitantes da região comendo, bebendo e vestindo-se de acordo com os hábitos dos europeus. Por isso, nas manifestações culturais contemporâneas, percebe-se certa tendência ao esfacelamento das fronteiras e ao fortalecimento do hibridismo cultural. Não se trata, no entanto, de mescla ou fusão e sim da convivência de elementos heterogêneos. “Dr. Pires, a agrimensur contratado por Cipriano, sempre entalado no inseparável colarinho alto e duro, incômodo nas suas medidas cheias de artificialismo, a linguagem sempre rebuscada” (LIMA, 2002, p. 116).

Como dito anteriormente, muitas são as personagens que compõem o painel humano em *Coronel de Barranco*: o cosmopolita Matias, os migrantes Joca e Quinquim, o coronel Cipriano, entre outros. Todos tem uma característica em comum: desejam explorar a região e, depois, ir embora. Esse processo de exploração faz com que as personagens ocupem apenas um local de fronteira, espaço temporário e diversificado, on-

de são obrigadas a criar suas estratégias de sobrevivência e superação dos desafios.

O imaginário representado na obra *Coronel de Barranco* afirma que a Amazônia é palco de uma história em que o ambiente é descrito como nebuloso e mítico e os acontecimentos fascinam e desafiam o ser humano que tenta interpretá-lo.

Constantemente associada a termos como bela, rica, misteriosa, infernal, paradisíaca, muitas vezes a Amazônia é vista como um gigante palco verde de história plural e literatura enriquecedora, especialmente do ponto de vista das encantarias e dos símbolos culturais que sempre marcaram o olhar sobre a região.

Uma das histórias que povoam o imaginário sobre este povo é o de que se ganhava muito dinheiro na Amazônia, a quantia era tanta que se acendia charuto com notas de réis. A cena é representada na ficção pelo autor Cláudio de Araújo Lima: “Num tempo em que contas histórias incríveis, de seringueiros que acendem o charuto com notas de quinhentos mil réis. Pelo menos, é a lenda que corre na Europa” (LIMA, 2002, p. 98).

A partir dessas observações, o trabalho se desenvolve na fronteira entre duas narrativas – a histórica e a literária – que se encontram no percurso das personagens. Esse pensamento corrobora com as ideias de Marc Bloch (2001), quando ele diz que os historiadores creem que o cinema e a literatura, e a arte de forma geral tem muito a contribuir com a história. E é sob o viés da literatura que se enxerga aqui parte importante da história amazônica, de seu imaginário e de sua cultura.

1. Fronteiras entre história e literatura

Lynn Hunt, historiadora cultural, afirmou na apresentação de um livro que um de seus objetivos era: “mostrar de que modo uma nova geração de historiadores da cultura usa técnicas e abordagens literárias para desenvolver novos materiais e métodos de análise” (HUNT, 2006, p. 19).

Duas décadas antes, Hayden White (1994), um dos nomes mais citados quando o assunto é o papel do historiador e do ficcionista, posiciona-se afirmando que história e literatura são construções verbais. Para Marilene Weinhardt (2002), não há dúvidas que as duas narrativas são construções verbais, mas “a distinção de conteúdo desaparece, a ponto de

(...) o leitor menos compromissado (...) hesitar, se lhe exigem uma resposta imediata, à pergunta sobre o que está lendo: ficção ou história?” (WEINHARDT, 2002, p. 106).

Contrariando o pensamento da autora, Luís Costa Lima (1989) afirma que há diferenças básicas entre a história e o discurso ficcional: o historiador deve ser localizado no espaço e no tempo, já o artista não necessariamente precisa disso; toda história deve ser consistente com ela mesma; o historiador se relaciona com algo chamado evidência, ao passo que o ficcionista não.

Por sua vez, Lloyd Kramer (2001) afirma que os textos, mesmo os ficcionais, refletem um lugar, um tempo, uma cultura históricos, por isso a história nunca pode ser inteiramente separada da literatura ou da filosofia. O mesmo pensamento tem Ginzburg (2007) quando ele aborda em suas pesquisas o fato de que as divergências a respeito do discurso histórico, literário e filosófico são recorrentes.

Por trabalharem com as representações da realidade, filósofos e romancistas deram pouca atenção ao trabalho preparatório da pesquisa elaborada pelos historiadores, e estes, por sua vez, também tiveram pouca atenção ao caráter construtivo de seu ofício, ao qual é demarcado por uma escrita, que é mediada por uma forma narrativa. “Ao contrário dos ficcionistas, (...) os historiadores em geral optam por não ver o elemento imaginário de suas obras; em vez disso, preferem acreditar que transcendem a ficção”. (KRAMER, 2001, p. 136).

Essa tênue fronteira entre história e literatura pode ser observada no romance aqui estudado, que é organizado como uma narrativa histórica que descreve a Amazônia de forma minuciosa a partir do comportamento de personagens situadas no primeiro ciclo da borracha. A obra evidencia também, ao contrário de outros romances amazônicos, a personificação dos sujeitos e o acréscimo de historicidade própria a cada sujeito da obra.

A verossimilhança em *Coronel de Barranco* é composta por episódios baseados em fontes históricas, como no caso da retirada das sementes *Hevea Brasiliensis* do Brasil, e por episódios não propriamente históricos, como as conversas mantidas no barracão pelos seringueiros; mas que ajudam o leitor a compor o cenário do seringal, do próprio barracão, da cidade de Manaus, além de um melhor entendimento a respeito dos relacionamentos sociais existentes no romance.

Ao contrário do ficcionista, o historiador não cria personagens nem fatos. No máximo, os “descobre”, fazendo-os sair da sua invisibilidade. Porém, esse processo de ‘descoberta’ pode estar entrelaçado à imaginação, a interesses pessoais do historiador, bem como as suas experiências culturais e contextos nos quais está inserido; acentuando ainda mais as relações entre ficção e história.

Nesse momento, pode-se recuperar o pensamento de Ricoeur (2010), quando ele afirma que o historiador não conhece nada do passado, somente seu próprio pensamento sobre o passado, no entanto, a história só tem sentido se o historiador sabe que reafirma um ato que não é seu.

A título de exemplo, tem-se o caso do seringueiro. Ele é recuperado como ator e agente da história dos dois importantes ciclos econômicos na Amazônia e sua descrição no romance permite melhor visualização do contexto histórico trabalhado na obra *Coronel de Barranco*.

Até meados do século XVII, segundo Michel Foucault (1999), o historiador tinha por tarefa estabelecer a grande compilação dos documentos e dos signos – de tudo o que, através do mundo, podia constituir como que uma marca. Era ele o encarregado de restituir linguagem a todas as palavras encobertas. Sua existência se definia menos pelo olhar que pela repetição, por uma palavra segunda que pronunciava de novo tantas palavras ensurdecidas.

No século XVIII, a história é constituída de documentos situados em espaços claros onde as coisas se justapõem. Essa era uma nova maneira de fazer história. Esses espaços e distribuições naturais assumem maior importância para classificação das palavras, das línguas, das raízes, dos documentos, dos arquivos e, sobretudo, para constituição da história.

Até aquele século, a história preocupava-se com a elaboração de leis gerais para abranger, numa única rede, todos os homens e coisas do mundo. No século XIX, há a possibilidade de falar sobre as palavras de forma renovada. E isso pode ser feito tanto pela história quanto pela literatura. Em outras palavras, o homem é sujeito; vive a vida, faz uso da linguagem, consome a economia, não estando, portanto, passivo e à mercê das eventualidades.

2. Outro olhar da história: as estratégias

O foco deste artigo é um novo olhar em direção à Amazônia e suas personagens ficcionais, identificando suas construções discursivas a partir de inferências históricas. Dessa forma, será possível compreender o imaginário social construído a respeito da região.

Por causa do exposto anteriormente, não seria possível pesquisar a história da Amazônia e de seus povos sem o viés da ‘história vista de baixo’. Segundo Jim Sharpe (1992), esse tipo de história tem duas funções: servir como um corretivo a história da elite e permitir a compreensão histórica de uma fusão da história da experiência do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais de história.

No estudo da obra aqui arrolada, é possível observar exatamente esse outro olhar perante a história. O homem foge do conflito existente entre o dominado e o dominante, entre o colonizado e o colonizador. Afasta-se, então, do esquema maniqueísta e observa-se o quanto há de força, de determinação e astúcia nas personagens. Apesar da exploração sofrida pelos seringueiros, não se pode dizer que eles não tinham liberdade de ação.

O seringueiro não se acomodou ao jugo do seringal no primeiro ciclo da borracha amazônica. Muitas vezes, ele se rebelava contra a exploração a que era submetido em detrimento da busca de sua melhor condição de vida. Exemplo disso é a tentativa de burlar as leis do seringal Fé em Deus que faz com que as personagens Joca e Quinquim plantem e colham mesmo contra a vontade de Coronel Cipriano.

Para Barbara Weinstein (1993), entre os meios de autodefesa estava o hábito de acrescentar pedras, areia ou farinha de mandioca à pele de borracha para torná-la mais pesada. O seringueiro também vendia a borracha ao regatão, chamados pela autora de ‘pirata fluvial’, e não ao patrão, violando assim a relação estabelecida nos seringais. “O regatão parece que é mesmo o fantasma dos donos do seringal aqui nos altos rios” (LIMA, 2002, p. 123). E, por fim, estabeleciam pressões para limitar a exploração que sofriam e para manter certa dose de autonomia. Essas observações permitem criticar, redefinir e consolidar a parte da história que dizia ser o seringueiro um “pobre coitado”.

Misturando tudo que o senhor possa imaginar. Metendo pedaços de sernambi entre as camadas de fina, enquanto faz a coagulação. Calhaus que ache perto de um igapó. Pedaços de latas de conserva bem amassados. Qualquer cabo de colher imprestável, ou resto de machadinha quebrada durante o traba-

lho. Tudo, tudo capaz de aumentar o peso, seringueiro aproveita para enxertar nas peles durante a defumação (LIMA, 2002, p. 122)

Loureiro (1995) afirma que a cultura amazônica é dinâmica e é através do imaginário que o homem é situado numa grandeza proporcional e ultrapassadora da natureza que o circunda. O autor completa afirmando que o isolamento da Amazônia a impedia de intercambiar seus bens culturais. E isso, entre outras coisas, contribuía para que se acentuasse a visão sobre a região de forma folclórica e primitiva disseminada pelos próprios ficcionistas e historiadores da região.

Para pensadores como Luís Costa Lima (1989), sempre se fará uso da imaginação para desenvolver narrativas, mesmo que elas sejam embasadas em documentos. No caso da história amazônica, a restrição documental acentua ainda mais o uso da imaginação como recurso de composição dos painéis e mosaicos da região.

A Amazônia sempre foi estigmatizada, mesmo por grandes escritores como Euclides da Cunha – que produziu importantes estudos sobre a região. Em seus textos, ele destacava a fragilidade do sujeito amazônico, bem como sua inferioridade em relação à natureza sempre exuberante: ‘homem errante’, ‘homem sedentário’ (CUNHA, 1999, p. 12). Desde os primeiros escritos literários sobre a Amazônia, evidencia-se que há uma imagem hiperbólica da região: “Parece que ali a imponência dos problemas implica o discurso vagaroso das análises: às induções avantajam-se demasiado os lances da fantasia. As verdades desfecham em hipóteses” (CUNHA, 1999, p. 4).

Nessa dimensão, o texto literário inaugura uma possibilidade de conhecimento do mundo. No caso de *Coronel de Barranco*, percebe-se que o autor deu voz as personagens e colocou a natureza à sua medida. O autor do romance possibilitou novas leituras, como assim afirmou Pesavento (1995) ser a função da literatura. Segundo a autora, a verdade da ficção literária não está em revelar a existência real de personagens e fatos narrados, mas em possibilitar a leitura das questões em jogo numa temporalidade dada. O historiador que se volta para a literatura sabe que a leitura do texto não é o seu valor de documento ou testemunho de verdade, mas o seu valor de problema.

O mundo da ficção literária dá acesso aos historiadores, às sensibilidades e às formas de ver a realidade de outro tempo, fornecendo pistas e traços daquilo que poderia ter sido ou acontecido no passado. Mas Certeau alerta que “uma leitura do passado, por mais controlada que seja

pela análise dos documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente” (CERTEAU, 2010, p. 34).

Esse acesso permite verificar a realidade opaca e as zonas privilegiadas, do qual falava Carlo Ginzburg: “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (1989, p. 177). Isso implicaria não mais buscar o fato em si, o documento entendido na sua dimensão tradicional, na sua concretude de “real acontecido”, mas de resgatar possibilidades verossímeis que expressam como as pessoas agiam ou pensavam.

É dessa forma, buscando caminhos possíveis na literatura que se pode manter história presente na memória como afirmou Le Goff (1990), uma vez que ela serve como registro escrito. Todo profissional dedicado à literatura deve ser também um conhecedor da história, pois é da história que a literatura se nutre, retirando-lhe fatos importantes que vão garantir verossimilhança.

A partir do exposto, pode-se inferir que o romance estudado propõe a composição do imaginário social amazônida, através da observação de sujeitos sociais e das relações estabelecidas entre eles. É neste contexto também que se observa a construção e a delimitação de fronteiras entre as duas narrativas aqui abordadas: Literatura e História.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHES, Roland. *O rumo da língua*. Tradução Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BLOCH, Marc. *Apologia da história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

CUNHA, Euclides. *À margem da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

_____. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

KRAMER, Lloyd. Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick Lacapra. In: HUNT, Lynn (Org.). *A nova história cultural*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LE GOFF, Jacques. “História”; “Memória” e “Documento/Monumento” *Enciclopédia Einaudi Memória-História*. Campinas: UNICAMP, 1990.

LIMA, Luís Costa. *A aguarrás do tempo: estudos sobre a narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

LIMA, Claudio de Araújo. *Coronel de Barranco*. Manaus: Valer, 2002.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. *Cultura amazônica: uma poética do imaginário*. Belém: Cejup, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, nº 29, 1995.

POTYGUARA, José. *Terra caída*. São Paulo: Globo, 2007.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tradução Claudia Berliner. São Paulo: WMF Martins Fontes, vol. 3, 2010.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

WEINHARDT, Marilene. Ficção e história: retomada de antigo diálogo. *Revista Letras*, Curitiba, UFPR, n. 58, p. 105-120, 2002.

WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: HUCITEC. Edusp, 1993.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios a crítica da cultura*. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Edusp, 1994.

VILAÇA, Marcos Vinícios; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. *Coronel, coronéis: apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.